



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA BATALHA

EDITAL N.º 09/2024

Publicidade das deliberações tomadas pela Assembleia Municipal

Joaquim José Pereira Ruivo, Presidente da Assembleia Municipal da Batalha:

Torna público para os fins tidos por convenientes e em cumprimento do disposto no artigo 56.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, o teor das deliberações tomadas por esta Assembleia Municipal na sua **reunião de 26 de setembro de 2024**.

Paços do Município da Batalha, 27 de setembro de 2024

O Presidente da Assembleia Municipal

Período da ordem do dia

Assunto	Deliberação tomada	Resultado da votação
Voto de Louvor pelo trabalho e empenho dos Bombeiros Voluntários da Batalha e São Mamede.	Aprovado	Unanimidade
Apreciar a informação escrita do Presidente da Câmara acerca da atividade desta e da situação financeira do Município, nos termos e para os efeitos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual.	Tomou Conhecimento	
Apreciar o parecer emitido pelo Auditor Externo relativo ao 1.º semestre de 2024, nos termos e para os efeitos do disposto na alínea d) do n.º 2 do artigo 77.º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, em conjugação com o disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.	Tomou Conhecimento	
Apreciar e deliberar sobre a fixação das taxas do IMI para vigorar no ano de 2024 (a liquidar em 2025), nos termos da legislação em vigor, nomeadamente o disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 25.º, e alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, ambos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual.	Aprovado	Unanimidade
Apreciar e deliberar sobre a fixação da taxa de Derrama sobre a tributação de Rendimentos (IRC) de 2024 a cobrar em 2025, nos termos da legislação em vigor, nomeadamente o disposto nos n.ºs 1 e 24 do artigo 18.º do Regime Financeiro das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, e alínea d), n.º 1 do artigo 25.º, e alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, ambos da Lei n.º 75/2013 (ambos os diplomas na sua redação atual).	Aprovado	Maioria
Apreciar e deliberar sobre a taxa de participação no Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS) relativo aos rendimentos de 2025, nos termos do disposto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 26.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, em articulação com o	Aprovado	Maioria

estatuído na alínea c) do n.º 1 do artigo 25.º, e alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, ambos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (ambos os diplomas na sua redação atual).		
Apreciar e deliberar sobre a aplicação do percentual de 0,25 % relativo à Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) para vigorar no ano de 2025, nos termos do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 25.º e alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, ambos do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, em articulação com a alínea o) do artigo 14.º do Regime Financeiro das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, na sua redação atual.	Aprovado	Unanimidade
Apreciar e deliberar sobre a cedência para o domínio público municipal de uma área de 316,45m2, para o prolongamento da Rua do Carvalhal, sito em Quinta do Sobrado, freguesia da Batalha, conforme levantamento topográfico subscrito pelos confinantes e entregue pelo requerente, nos termos do disposto na alínea q) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual.	Aprovado	Unanimidade
Apreciar e deliberar sobre o Plano Municipal de Ação Climática (PMAC), nos termos e para efeitos do disposto no n.º 2 do artigo 14.º da Lei n.º 98/2021, de 31 de dezembro, em articulação com o estatuído na alínea h), n.º 1 do artigo 25.º e alínea ccc), n.º 1 do artigo 33.º, ambos do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (na sua redação atual).	Aprovado	Maioria
Apreciar e deliberar sobre a designação de um representante para integrar a Comissão Consultiva da 2.ª Revisão do PDM da Batalha, conforme o previsto na alínea d) do n.º 1 do artigo 7.º da Portaria n.º 277/2015, de 10 de setembro, conjugado com o despacho n.º 9984/2024, emitido nos termos do n.º 1 do artigo 5.º da citada Portaria.	Designado	Cristiana Sofia Faustino Moreira
Apreciar e deliberar sobre o Regulamento do Conselho Municipal de Segurança da Batalha, nos termos do disposto no artigo 6.º da Lei n.º 33/98, de 18 de julho, na sua redação atual.	Aprovado	Unanimidade

<p>Tomada de conhecimento do Relatório de Síntese da Execução Orçamental do 1º Semestre 2024 remetido pelas Águas da Batalha, E.M., S.A., remetendo o documento à Assembleia Municipal para conhecimento, nos termos e para os efeitos previstos na alínea f), n.º 1 do artigo 42.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, em conjugação com o disposto na alínea a), n.º 2 do artigo 25º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013 de 12 de setembro (ambos os diplomas na sua redação atual).</p>	<p>Tomou Conhecimento</p>	
<p>Apreciar e deliberar sobre a cedência para o domínio público municipal de uma área de 230,00m2, para atribuição da designação toponímica do Largo Rosas do Lena, sito na freguesia da Batalha, conforme levantamento topográfico subscrito pelos confinantes e entregue pelo requerente, nos termos do disposto na alínea q) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual.</p>	<p>Aprovado</p>	<p>Unanimidade</p>